

mundos

Vencedores e perdedores

Após concluir pacto com chineses, Bruxelas mostra não ser satélite dos EUA

Tatiana Prazeres

Senior fellow na Universidade de Negócios Internacionais e Economia, em Pequim, foi secretária de comércio exterior e conselheira sênior na direção-geral da OMC.

A dois dias de terminar 2020, China e União Europeia (UE) fecharam um acordo de investimentos que estava em negociação havia mais de sete anos. Em resumo, o Acordo Abrangente de Investimentos facilita o acesso de empresas europeias ao mercado chinês e vice-versa. O pacto é uma vitória de Angela Merkel, que administrou suspeição e resistência de europeus em relação à China. Tratava-se de uma prioridade da Alemanha, que preside o Conselho da União Europeia até 31 de dezembro. O timing da negociação não é casualidade.

O entendimento é uma conquista para empresas europeias com interesses na China. As maiores beneficiárias são as alemãs, pioneiras no mercado chinês e hoje com vínculos sólidos no país. Na outra ponta, beneficiam-se países europeus interessados em investimentos chineses. O bloco europeu também sai fortalecido. O resultado

mostra que interesses distintos dentro da UE não necessariamente levam à paralisação. Em 2020, aliás, os europeus conseguiram aprovar um pacote histórico de resgate econômico, concluíram o acordo comercial com o Reino Unido e, para completar, fecharam este acordo de investimentos com a China. Não é ruim para um projeto frequentemente acusado de ultrapassado. A China também ganha com o acordo. Soubes aproveitar a

oportunidade que estava se fechando. A partir de janeiro, não haverá mais o impulso alemão à frente do Conselho e, sobretudo, a relação transatlântica mudará com Joe Biden nos EUA. A conclusão das negociações gera incômodo nos EUA. A menos de um mês da posse do novo presidente, muitos imaginavam que os europeus fossem se coordenar com os americanos antes de uma decisão como esta. Se é verdade que os europeus compartilham uma série de pre-

ocupações dos americanos a respeito de Pequim, o fato é que Bruxelas não se comporta como irmão menor de Washington. Ao concluir seu próprio acordo com Pequim, a UE inicia um diálogo com Biden a partir de bases mais equitativas. Os europeus alegarão que todos ganham com os novos compromissos chineses em relação à transparência da atuação de empresas estatais e à concessão de subsídios industriais. Outros países também se beneficiariam de obrigações assumidas pela China em matéria trabalhista. Isso ajudaria a equilibrar as regras do jogo para todos, argumentarão. Não é mentira. Mas o fato é que quem fica de fora perde. Os americanos perdem mais — por motivos econômicos e sobretudo estratégicos. Terceiros países, por um

também perdem à medida que europeus e chineses garantem acesso privilegiado aos seus mercados, em detrimento de empresas de outras origens. Por outro lado, diante das tensões entre China e EUA, o mundo ganha com uma Europa mais forte, que exerça sua autonomia estratégica, que seja capaz de lidar com a China como parceira, competidora e rival ao mesmo tempo, como a Comissão Europeia definiu em 2019. Que Pequim não se iluda. Cada vez mais, a China divide corações e mentes na Europa, coloca em conflito valores e interesses europeus. O processo de aprovação deste acordo no Parlamento Europeu encontrará resistências e servirá de alerta para quem, no país asiático, distrair-se comemorando o feito de 2020.

SEG. Mathias Alencastro | QUI. Lúcia Guimarães | SEX. Tatiana Prazeres | SÁB. Jaime Spitzcovsky

Justin Orlando Frosini

Brexit está longe de terminar pois acordo com UE é limitado

Autor de livro sobre processo de saída do Reino Unido do bloco afirma que pacto deixa questões vitais em aberto

ENTREVISTA

Michele Oliveira

MILÃO O acordo que vai regular a nova relação entre Reino Unido e União Europeia saiu uma semana antes do fim do prazo e passa a valer a partir desta sexta (1º), mas o brexit está longe de terminar. Para o italo-britânico Justin Orlando Frosini, 49, professor associado de direito público comparado da Universidade Bocconi, em Milão, o acordo anunciado em 24 de dezembro é limitado, deixou diversas questões sem delimitar e, por isso, ainda haverá muitas discussões sobre a separação. À Folha, em entrevista concedida em dois telefonemas, um antes do acordo, em 16 de dezembro, e outro depois, no último dia 26, ele também compara a atuação de Boris na condução do brexit e da pandemia.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse no anúncio do acordo que “é hora de virar a página e olhar para o futuro”. O brexit acabou? Diria que não. Há uma série de questões que precisam ser enfrentadas nos próximos

anos e que não foram tratadas no acordo. Como, por exemplo, no campo dos serviços financeiros, sobre o qual o documento diz muito pouco. Não está claro se continuarão sendo aplicadas as regras que já existiam antes ou se, em vez disso, haverá barreiras para esses serviços, o que obviamente é muito importante considerando o papel de Londres como centro financeiro. Um outro exemplo no qual o relacionamento entre Reino Unido e União Europeia continuará a ter altos e baixos é no campo da pesca. As duas partes chegaram a um acordo, no qual a quantidade de peixe que pode ser pescada nos mares britânicos por europeus será reduzida em 25%, mas em um período de transição de cinco anos. Então, em algum momento, isso também terá que ser renegociado. Ainda ouviremos falar do relacionamento da UE e do Reino Unido por muitos anos.

Do ponto de vista do conteúdo do acordo final, é possível dizer que houve um vencedor entre União Europeia e Reino Unido? Não há vencedores. Se analisarmos ponto por ponto, setor por setor,

do que eu vi — e ainda não vi tudo, são mais de 1.200 páginas —, parece-me que a UE conseguiu mais coisas, e o Reino Unido precisou ceder em muitos pontos. Mas, para a UE, como definiu a Ursula von der Leyen, citando Shakespeare, a despedida é uma “doce tristeza”. Para o bloco, é a perda de um importante membro. Fizeram de tudo para mantê-lo, e, para a UE, é difícil ter uma atitude triunfante. Já Boris Johnson é o contrário. Basta ver que, quando foi anunciado o acordo, vestiu inclusive uma gravata com desenho de peixes! Tudo para frisar a vitória política que obteve no tema da pesca. Tudo se torna um jogo entre as partes, ainda estamos numa fase de teatro, aquele da política, em que cada um busca salientar as próprias conquistas. Certamente uma coisa importante é o fato de que a UE, nessas negociações, manteve-se unida. E há quem diga que, com a saída do Reino Unido, ela fica ainda mais unida. Se Boris tinha qualquer intenção de dividir Berlim de Paris ou Madrid de Roma, ele não conseguiu.

O acordo é um documento com mais de mil páginas. Tem algo



Justin Orlando Frosini, 49

Professor associado de direito público comparado da Universidade Bocconi, em Milão, uma das mais tradicionais nas áreas de economia, administração e direito, o italo-britânico é autor do livro “Da Soberania do Parlamento à Soberania do Povo - A Revolução Constitucional do Brexit”, lançado em julho (sem edição no Brasil). Também é professor-adjunto de Direito Constitucional na Universidade Johns Hopkins e diretor do Centro de Estudos Constitucionais e Desenvolvimento Democrático

“**Uma questão da pesca é puramente ideológica e simbólica. A pesca, para o Reino Unido, vale aproximadamente 0,1% do PIB do país. Estamos falando de uma questão econômica muito marginal, mas isso está ligado à questão da soberania. Então virou a decisão mais importante. Trata-se de um falso problema**”

que os surpreendeu? Como definiram alguns especialistas, é um acordo fino, estreito, há muitas questões que não foram encaradas com detalhes. Isso não chega a ser uma surpresa, porque o tempo era muito curto, temos que considerar que quando foi obtido o acordo comercial entre UE e Canadá foram cinco anos de negociações, e dessa vez tudo foi feito com muito mais pressa. Mas, sendo eu um professor universitário, toquei o fato de o Reino Unido sair do Erasmus [programa de intercâmbio universitário europeu]. Era necessário ter feito um esforço a mais. Estamos falando da possibilidade de jovens ingleses girarem pela Europa e dos europeus irem para a Grã-Bretanha. Em 2017, foram quase 17 mil estudantes britânicos que participaram do Erasmus, passando algum período em outra universidade europeia. E mais de 31 mil cidadãos da UE foram estudar no Reino Unido. Então é o Reino Unido se prejudicando sozinho, porque essa troca não será mais frequente.

Por que a questão da pesca foi central até os momentos finais das negociações? A questão da pesca é puramente ideológica e simbólica. A pesca, para o Reino Unido, vale aproximadamente 0,1% do PIB do país. Estamos falando de uma questão econômica muito marginal, mas isso está ligado à questão da soberania. Então virou a decisão mais importante. Mas é um falso problema quando se trata de alcançar um acordo comercial. Porque, quando dois países ou dois blocos decidem entrar em tratativas para obter um acordo comercial, parte-se do pressuposto que as duas partes são plenamente soberanas. Levantar a questão da soberania é uma falsa questão. Obviamente, é uma questão política.

É possível comparar a atuação de Boris Johnson na gestão da pandemia e do brexit? Sim,

totalmente. Podemos dizer que nos dois casos se vê o modo de agir de Johnson, um político que olha sempre as pesquisas, que olha muito aquilo que lhe é conveniente politicamente naquele momento. Entretanto, não hesita nem um pouco em mudar completamente de posição se isso for necessário para haver consenso do ponto de vista político. A mesma coisa foi com a pandemia. Ele teve uma atitude muito parecida com a dos presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro, parecia fazer parte da mesma grupo que dizia que era o que ele queria. Depois, quando seu país começou a ser afetado, mudou completamente de posição. Johnson agora demonstra estar muito mais alinhado a Giuseppe Conte [premiê da Itália] que a Trump. Mesmo assim, continua a agir sempre de forma meio leve demais, “vamos conseguir”, “sairemos dessa”. Mesmo agora ainda não tem o tom que deveria ter um líder em um momento grave como este. Ele ainda trata muito na leveza, tudo é um slogan.

Quem chega ao fim do ano mais forte internamente: Reino Unido ou União Europeia? A União Europeia. Vimos nos dias passados que Boris Johnson quis fazer visitas a Angela Merkel, em Berlim, e a Emmanuel Macron, em Paris, e os dois o fizeram entender que, nessa fase, um encontro não seria possível, que todo relacionamento deveria ser via Comissão Europeia. Isso é muito significativo, sobretudo vindo de dois países que são considerados pilares da UE. Além disso, eu disse pouco depois do referendo de 2016 que o brexit poderia ter como efeito de médio e longo prazo a desintegração do Reino Unido, em particular pela situação da Escócia, que está muito descontente de ter de sair da UE. E a questão muito delicada da Irlanda do Norte. Sobre o brexit, há uma divisão tanto entre a população quanto territorialmente.

Aborto evidencia vaivém entre igreja e Estado na Argentina

Sylvia Colombo

BUENOS AIRES A relação entre política e religião na Argentina é uma história de enfrentamentos e acomodações. O pensamento laico esteve muito presente na época da independência, no século 19, pois era uma forma de se diferenciar da tradição ibérica, vista como um atraso por vários dos independentistas e dos pensadores que desenharam as primeiras leis e projetos do país independente. A União Cívica Radical, mais antiga grande força política do país, tem no laicismo uma

das principais bandeiras. Sob seu comando nos anos 1920 e 1930, principalmente, a Argentina manteve uma forte separação entre a igreja e o Estado. Esse cenário mudou bastante com o peronismo, que voltou a valorizar a influência da igreja na sociedade. O general Juan Domingo Perón (1895-1974), nos anos 1940, aproximou-se da Igreja Católica de modo intenso, como uma maneira de ganhar popularidade. Porém, quando Perón passou a promover o culto à sua própria personalidade, distribuindo, por exemplo, manuais escolares com as ima-

gens dele e de sua então mulher, Eva Perón (1919-1952), a relação começou a azedar. Seu crescente protagonismo em atos públicos, deixando a igreja de lado, gerava críticas de autoridades católicas, que começaram a apoiar os militares, responsáveis, em 1955, pelo golpe que derrubou Perón. No golpe de 1976, a igreja também permaneceu ao lado dos militares e apoiou várias ações da repressão. Em algumas situações, chegou a atuar em atos delitivos, como na mediação da entrega de bebês que nasciam nos centros clandestinos de tortura a pais ado-

tivos alinhados aos militares. Atualmente, existe um setor da igreja mais tradicional e ligado à classe mais endinheirada, à aristocracia e à direita e outro mais vinculado a projetos sociais, como o dos “curas villeros”, padres que atuam em favelas. A essa vertente pertence o papa Francisco, que se posicionou fortemente contra o aborto na votação de quarta-feira. Nas semanas anteriores à votação, tanto o setor mais tradicional da igreja na Argentina, representado pela Conferência Episcopal Argentina (CEA), como os “curas villeros” condenaram a legislação.

A igreja mantém, porém, relação de certa dependência com o Estado, que oferece subsídios para pagar padres e bispos e patrocina parte da educação católica, correspondente a 36% das escolas do país. A Constituição argentina, no entanto, determina que o Estado é laico e que há liberdade de culto. Uma reforma de 1994 eliminou o último resquício legal que vinculava as duas instituições: a necessidade de que o presidente da República fosse católico. Em 1989, essa norma obrigou Carlos Menem, originalmente muçulmano, a se converter ao catolicismo.

Segundo o Conicet (Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas), 62,9% dos argentinos se dizem católicos, 18,9% afirmam não ter religião, e 15,3% evangélicos. Durante as últimas décadas, os governos democráticos aprovaram leis que foram de encontro aos interesses da igreja, o que causou críticas sem que, porém, houvesse danos maiores à relação. Entre as medidas estão o divórcio (1987), a lei de educação sexual nas escolas (2006), o matrimônio igualitário para homossexuais (2010) e a lei de identidade de gênero (2012).